

Estudos recentes sobre a instituição de espaços de participação/representação social no Brasil têm enfatizado o efeito positivo dessas experiências na abertura de oportunidades políticas para os atores da sociedade civil. O objetivo desta pesquisa é problematizar a generalização desse argumento a partir de uma investigação empírica com duas associações de moradores de Porto Alegre: uma entidade localizada numa vila popular e a outra num bairro de classe média. A hipótese guia do trabalho sustenta que a definição da estrutura de oportunidades políticas confrontada pelos atores sociais depende, em grande medida, dos recursos associativos com que contam para a construção e reivindicação de suas demandas. Esses recursos, por sua vez, dependem, entre outros fatores, da posição social da população mobilizada pela associação. Portanto, desigualdades nos recursos associativos levariam a diferenças significativas na definição das oportunidades políticas com as quais as entidades se confrontam em cada contexto. Neste sentido, mudanças institucionais que se apresentam como uma abertura de oportunidades para associações populares (como evidenciam os estudos sobre o Orçamento Participativo de Porto Alegre) podem não apresentar o mesmo sentido para entidades de classe média, as quais, devido aos seus recursos associativos diferenciados, confrontam-se com uma estrutura de oportunidades distinta.